

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Alterações significativas	9
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	32
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	34
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	35
10.5 - Políticas contábeis críticas	36
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	39
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	40
10.8 - Plano de Negócios	41
10.9 - Outros fatores com influência relevante	44

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 – Gerenciamento de Riscos

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(i) Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 28.3.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Companhia se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. Neste contexto, a utilização de operações de hedge é para fins exclusivos de proteção e é pautada nos seguintes termos: (i) proteção de fluxo de caixa contra descasamento de moedas, (ii) proteção de fluxo de receita para pagamento de amortizações e juros das dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas.

A Cambuci tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de curto e longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração, além de hedge para operações de curto prazo.

	Cenário provável		Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
	R\$	Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda
CDI	103.447	13,9991%	17,4989%	3.620	20,9987%	7.241
IPCA	847	7,2549%	9,0686%	15	10,8823%	31
TJLP	7.098	7,5000%	9,3750%	133	11,2500%	266
TR	96	2,0126%	2,5158%	0	3,0189%	1
Peso Argentina	12.899	0,2056	0,2570	663	0,3084	1.326
Peso Chileno	1.241	0,0049	0,0061	2	0,0073	3
Fornecedor	29.571	3,2462	4,0578	23.998	4,8693	47.996
Clientes	55.998	3,2462	4,0578	45.447	4,8693	90.890
	211.197			73.878		147.754

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (i) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 25% em relação às taxas do cenário provável.
- (ii) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 50% em relação às taxas do cenário provável.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), das taxas pós-fixadas indexadas aos índices de inflação IPCA/INPC e, da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diário").

<u>Classificação por categoria</u>		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	1.277	9.466	5.860	10.858
		1.277	9.466	5.860	10.858
Aplicações financeiras					
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	4.895	-	4.901	-
		4.895	-	4.901	-
Contas a receber clientes					
	Empréstimos e recebíveis	45.723	50.763	55.998	60.655
		45.723	50.763	55.998	60.655
Partes relacionadas					
Ativos	Empréstimos e recebíveis	43.490	24.966	-	-
Passivos	Empréstimos e recebíveis	1.640	897	-	-
		41.850	24.069	-	-
Fornecedores					
	Outros passivos financeiros	16.547	25.186	29.571	33.841
		16.547	25.186	29.571	33.841
Empréstimos e financiamentos					
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	-	-	14.140	15.269
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	119.866	133.379	119.866	133.379
		119.866	133.379	134.006	148.648
Debêntures					
	Outros passivos financeiros	2.693	5.631	2.693	5.631
		2.693	5.631	2.693	5.631

c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

c.1. Contas a receber de clientes

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro 2014, a classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2013.

c.2. Indicadores de inadimplência

Valores em R\$ mil

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Faturamento Bruto	244.486	272.171	316.708	339.855
Títulos Vencidos (i)	11.244	8.685	13.960	12.163
Indicadores de inadimplência	4,60%	3,19%	4,41%	3,58%

(i) Indicador de inadimplência = total dos títulos inadimplentes, acima de 30 dias, sobre o total do faturamento anualizado.

(ii) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

	Consolidado				
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Circulante					
Fornecedores	21.594	-	-	-	21.594
Empréstimos e financiamentos	126.028	2.541	1.812	3.625	134.006
Debêntures	2.693	-	-	-	2.693
	150.315	2.541	1.812	3.625	158.293

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) riscos para os quais se busca proteção**

Buscamos proteção contra riscos de taxa de juros, riscos de preço (relacionados à variação dos preços dos nossos insumos) e riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio. Nossa gestão de risco é, de modo geral, conservadora, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência.

Risco de Taxa de Juros

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o impacto negativo em potencial sobre a despesa financeira líquida que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros. Analisamos constantemente nossa exposição a taxas de juros, sendo que estamos apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros mediante negociações com as instituições financeiras.

Risco de Taxa de Câmbio

Realizamos o acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balanço cambial, de todas as nossas operações financeiras, inclusive com as controladas. Administramos nossa exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A nossa política financeira para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

Risco de Liquidez

Realizamos o acompanhamento da liquidez efetuando os cálculos com base em indicadores de liquidez imediata. As principais ações da Companhia para mitigar o risco de liquidez estão focadas nas liquidações e negociações de dívidas junto às instituições financeiras.

A nossa previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para nós e nossas controladas.

Risco de Crédito

Este risco é monitorado de forma regular, principalmente mediante acompanhamento do limite de créditos concedidos aos nossos clientes e do nível de inadimplência desses clientes. Visando gerenciar este risco, mantemos contas correntes bancárias com instituições financeiras de grande porte. Com relação ao risco de crédito de clientes, temos como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

(c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

(d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não utilizamos qualquer parâmetro quantitativo ou qualitativo específico para fins de gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos. Nossa administração entende que tais parâmetros não são necessários face nossa exposição a tais riscos.

(e) operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial.

(f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A administração de riscos de mercado é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos nossos controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das nossas operações. Não efetuamos aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, de caráter especulativo. Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, não possuímos qualquer comitê ou componente organizacional formalmente responsável por controle dos riscos a que estamos expostos.

(g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 – Descrição – Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. O sistema de controle interno da companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. A Administração entende que a forma de gestão de riscos e melhorias de controles internos tem sido eficiente nos últimos anos. Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, com base nos critérios internos, sem identificação de deficiências significativas.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira – principal área responsável pelas Demonstrações Financeiras – conta com o suporte da Gerência de contabilidade para elaboração, garantindo a adoção de boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A área de contabilidade é responsável pela revisão e manutenção das políticas e controles internos da Companhia.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração

O resultado de todos os trabalhos de controles internos e/ou deficiências no exercício é reportado por meio de relatório ao Diretor Presidente e ao Presidente do Conselho de Administração. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas periodicamente pelos Diretores. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção de ações corretivas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo do sistema contábil e dos controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, auditados pelo nossos auditores externo, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

Na carta de recomendações sobre os controles internos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 emitida por nossos auditores externos, não apresentam deficiências ou recomendações significativas que possam impactar as demonstrações financeiras.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

A administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos. De acordo com a avaliação da administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação as distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 – Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais consolidadas suficientes para implementar o seu plano de negócio. Seguem abaixo os principais indicadores financeiros da Companhia:

Consolidado	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	Variação Percentual 31/12/2016 X 31/12/2015	Variação Percentual 31/12/2015 X 31/12/2014	Variação Percentual 31/12/2014 X 31/12/2013
Patrimônio Líquido	(36.339)	(366)	30.734	17.785	-9828,7%	-101,2%	72,8%
Ativo Total	224.018	269.473	271.780	269.370	-16,9%	-0,8%	0,9%
Receita Líquida	276.389	285.919	283.864	283.287	-3,3%	0,7%	0,2%
Resultado Bruto	105.114	115.538	123.336	115.632	-9,0%	-6,3%	6,7%
Resultado Líquido	(33.388)	(27.450)	13.986	331	-21,6%	-296,3%	4125,4%

Em 31 de dezembro de 2016, de forma consolidada, a Companhia e suas controladas, apresentam passivo circulante em excesso ao ativo circulante, consolidados, no montante de R\$ 83.858, principalmente pelos seus empréstimos e financiamentos de curto prazo e um passivo a descoberto consolidado em R\$ 36.129.

Dessa forma, a Administração da Companhia vem direcionando seus esforços para assegurar e fortalecer o seu caixa e também para o crescimento e a recuperação das vendas e margens operacionais. A seguir, destacamos as seguintes ações e medidas já desencadeadas:

- Elaboração do orçamento do exercício de 2017, com orientação rigorosa no controle de despesas, refletindo uma redução de 27% nas despesas operacionais, quando comparado com o exercício de 2016;
- Redução de 13,3% das despesas com vendas, gerais e administrativas no exercício, quando comparado ao exercício de 2015;
- Reorganização da força de vendas, com a reestruturação da operação de comércio exterior, objetivando um aumento no volume das exportações, com um incremento de 21% no exercício comparado com 2015;
- Relançamento da marca “Stadium”, com contratação de 29 novos representantes, sendo que o reflexo já foi observado neste exercício, triplicando a receita da marca comparado com o mesmo período de 2015;

Além das medidas destacadas anteriormente, a administração Companhia contratou duas consultorias especializadas para efetuar:

- a estruturação e revisão de despesas financeiras, com uma redução de R\$ 12,4 MM no ano; e
- a reestruturação financeira, visando o alongamento do seu endividamento, sendo as principais ações:
 - Re-equacionamento de suas dívidas financeiras de curto prazo;
 - Adequar os desembolsos à sua geração de caixa;
 - Melhoria de capital de giro;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dessa forma, continuamos mantendo foco nos objetivos de crescimento, na redução de despesas, na alocação criteriosa dos investimentos, no planejamento e constante desenvolvimento das nossas marcas Penalty e Stadium, visando garantir um posicionamento sólido e consistente nos mercados de atuação.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**(i) hipóteses de resgate**

Não aplicável.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia entende que possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas necessidades e obrigações futuras. Os seus recursos provenientes de caixa e equivalentes de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender o financiamento de suas atividades.

A Companhia finalizou o ano com uma posição de caixa de R\$ 10.761.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a Companhia se utiliza de linhas de financiamento junto a bancos comerciais.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não aplicável.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes. (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras, (iii) grau de subordinação entre as dívidas, (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento da companhia apresentava a seguinte composição:

EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Encargos Financeiros Médios		Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Em moeda corrente - R\$					
Capital de giro - CDI	CDI + 5,86% a.m.	103.447	114.444	103.447	114.444
Capital de giro - Fixo	Fixo 18% a.a.	8.378	-	8.378	-
BNDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	-	536	-	536
Desenbahia - BNDES (a)	TJLP	7.098	16.133	7.098	16.133
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	96	231	96	231
Leasing	1,04% a 1,24%	-	575	-	575
BDMG	IPCA + 6% a.a.	847	1.460	847	1.460
		119.866	133.379	119.866	133.379
Em moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro	(principal e juros reais - Moeda local)	-	-	14.140	15.269
		-	-	14.140	15.269
		119.866	133.379	134.006	148.648
Passivo circulante		111.888	116.698	126.028	131.967
Passivo não circulante		7.978	16.681	7.978	16.681

i) contratos de empréstimo e financiamentos relevantes**(a) Desenbahia**

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de R\$ 7.293 correspondem a 95 parcelas.

(b) Detalhamento das operações de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2016, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas estão assim demonstrados:

Encargos Financeiros Médios		Cambuci	Penalty Argentina	Penalty Chile	Total
Em moeda corrente - R\$					
Capital de giro - CDI	CDI + 5,86% a.m.	103.447	-	-	103.447
Capital de giro - Fixo	Fixo 18% a.a.	8.378	-	-	8.378
BNDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	-	-	-	-
Desenbahia - BNDES (a)	TJLP	7.098	-	-	7.098
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	96	-	-	96
BDMG	IPCA + 6% a.a.	847	-	-	847
		119.866	-	-	119.866
Em moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro	(principal e juros reais - Moeda local)	-	12.899	1.241	14.140
		-	12.899	1.241	14.140
		119.866	12.899	1.241	134.006

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Todas as operações contam com garantias reais de bens do ativo, tais como: imóveis, máquinas e equipamentos e recebíveis.

(c) Operações em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2016 não há na Controladora operações de financiamento em moeda estrangeira.

(d) Agenda de pagamentos

O montante dos financiamentos com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
2016	-	131.967
2017	126.028	3.817
2018	2.541	1.966
2019	906	1.956
2020	906	1.956
2021 em diante	3.625	6.986
	134.006	148.648

(e) Garantias

A Cambuci concedeu garantias para parte de seus empréstimos e financiamentos conforme mencionado na Nota 21 das demonstrações financeiras publicadas em 31 de dezembro de 2016.

(f) Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros.

DEBÊNTURES (emissões públicas não conversíveis em ações)

		Controladora		Consolidado	
Encargos financeiros		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Debêntures	INPC mais juros de 8,5% a.a.	2.693	5.631	2.693	5.631
Passivo circulante		2.693	5.631	2.693	5.631

O montante das debêntures acima demonstrado tem vencimento em 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 14 de outubro de 2010, a Administração da Companhia renegociou os termos das debêntures da seguinte forma:

- a) R\$ 3.113 no dia 14 de outubro de 2010;
- b) R\$ 15.077, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas pela variação anual do INPC e juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano;
- c) R\$ 290 relativos a ressarcimento de custas e outras despesas decorrentes de todos os litígios.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia encontra-se adimplente com a atual operação.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais conforme mencionado na Nota 27 das demonstrações financeiras.

ii) outras Relações de Longo Prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui relações de Longo Prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre dívidas

Não há subordinação entre dívidas da Companhia

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação do controle societário

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos citados possuem garantia real em sua contratação e/ou negociação.

g) limites de utilização de financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia estava utilizando 95%, aproximadamente, dos limites de financiamento cedidos pelas instituições financeiras. Todos os contratos possuem garantias calçadas em duplicatas mercantis.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**1 Sumário das principais práticas contábeis**

A companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1.1 Declaração de conformidade e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**(i) Base de mensuração**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), em vigor em 31 de dezembro de 2016. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis. Não há em 31 de dezembro de 2016 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

(ii) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas Demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações contábeis da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 18.2, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota 26, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Nota 28. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

(iii) Aprovação das Demonstrações Financeiras

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de março de 2017.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os períodos contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3) e IAS 27 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações:

- As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas;
- Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas;
- Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e
- As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas

b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), em vigor em 31 de dezembro de 2016..

As demonstrações financeiras individuais, denominada "Controladora", estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas e não apresentam diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidados.

1.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis da Controladora.

O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3) e IAS 27 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações:

- a) As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas;
- b) Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas;
- c) Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e
- d) As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

As demonstrações consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Controladora e das seguintes controladas, em 31 de dezembro de 2016:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Participação no capital total - %		
	Sede (País)	31/12/2016	31/12/2015
Controladas Diretas			
Cambuci Importadora Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Era Sports Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Impar Paraguay S/A	Paraguai	96,70	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	Brasil	98,00	98,00
Cambuci Trust S/A	Brasil	100,00	100,00
Latinline S/A	Uruguai	100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	Argentina	95,00	95,00
Penalty Chile S/A	Chile	100,00	75,00
Penalty Ibéria S.L	Espanha	100,00	100,00

1.3 Apresentação de informações por segmentos

A informação do segmento operacional da Companhia é elaborada e apresentada de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Diretor Presidente, que é o principal tomador de decisões operacional e responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento. Nota 34 das demonstrações financeiras.

1.4 Conversão de moeda estrangeira**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real, definida de acordo com o CPC 02 (R2) e IAS 21.

(b) Transações e saldos

As transações e os saldos em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou do encerramento do exercício, conforme aplicável. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

As variações cambiais sobre ativos e passivos financeiros são classificadas como “receitas financeiras” e “despesas financeiras”, respectivamente.

(c) Controladas

As controladas possuem moeda funcional diferente da moeda da Controladora, a saber:

- (i) Penalty Argentina, sediadas na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino;
- (ii) Penalty Chile, sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno;
- (iii) Penalty Ibéria, sediada na Espanha, cuja moeda funcional é o Euro; e
- (iv) Impar Paraguay, sediada na Cidade de Hernandarias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guaraní.
- (v) Latinline, sediada no Uruguai, cuja moeda funcional é o Dolar Americano

As demonstrações financeiras destas controladas são convertidas para reais com base nas seguintes regras:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Os ativos e passivos são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento do final de cada exercício;
- O patrimônio líquido é convertido pela taxa histórica, ou seja, a taxa de câmbio vigente na data de cada transação; e
- As demonstrações do resultado são convertidas com base na taxa média mensal de câmbio em vigor nas datas das demonstrações financeiras.

Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “outros resultados abrangentes”.

1.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” (Nota 8).

1.6 Aplicações financeiras

Compreende o investimento financeiro com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, considerados pela Administração da Companhia como não sendo de liquidez imediata. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

1.7 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, conforme as categorias abaixo relacionadas. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos /constituídos.

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado – *um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo.*

(b) Empréstimos e recebíveis - ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras..

(c) Ativos mantidos até o vencimento - *ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a*

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda - quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias descritas acima. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

1.8 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, quando a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são, permanentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são apropriados no “resultado financeiro” do período em que ocorrem.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras.

As variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquida de impostos, como “outros resultados abrangentes”. Quando os títulos são vendidos ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), os ajustes acumulados do valor justo são transferidos para o resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados *pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do “resultado financeiro”*.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido recebidos ou transferidos e, neste caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade dos respectivos ativos.

Os custos de transação ligados aos ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são debitados à demonstração do resultado. Para os demais ativos financeiros, os custos de transação, quando materiais, são acrescidos ao respectivo valor justo.

1.9 Compensação de instrumentos financeiros

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há o direito legal de compensar os valores reconhecidos e a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.10 Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros (impairment)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

(a) Ativos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis

As perdas são registradas quando há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se o evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros que pode ser confiavelmente mensurado.

A quantia da perda é determinada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa efetiva original do ativo. Essa metodologia não se aplica para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de (i) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 120 dias; (ii) 95% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iii) 5% de todos os títulos derivados de renegociação com clientes e com prazo de recebimento superior a 24 meses. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

No momento a Cambuci não mantém operações classificadas nessa categoria, entretanto, se tivéssemos alguma operação e se houvesse qualquer evidência de perda

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, o valor justo acumulado reconhecido no patrimônio líquido é transferido de “outros resultados abrangentes” para o resultado do exercício. Adicionalmente, se em um período subsequente, o valor da perda diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida, a mesma é revertida.

1.11 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment). O prazo médio de recebimento da Companhia é de 120 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

1.12 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos.

A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

1.13 Contratos de arrendamentos (leasing)

Os contratos de arrendamento são classificados como leasing financeiros sempre que os termos do leasing transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

Os leasing financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do leasing financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do leasing. O bem do imobilizado adquirido por meio de leasing financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na Nota 18.2 das demonstrações financeiras.

A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

1.14 Participações em sociedades controladas

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o poder de governar suas políticas financeiras e operacionais, de forma a obter benefícios de suas atividades (controle), o que em geral consiste na capacidade de exercer a maioria dos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

direitos de voto. Os investimentos em sociedades controladas são contabilizados, nas demonstrações financeiras da Controladora, pelo método de equivalência patrimonial. Esses investimentos são integralmente consolidados enquanto a Companhia detiver o seu controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia verifica, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia adota como prática, nas demonstrações financeiras da Controladora, constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente ao patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, em contrapartida da conta “resultado de equivalência patrimonial”.

1.15 Outros investimentos

Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

1.16 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 18 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

Conforme mencionado na Nota 1.9 acima, os bens destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados inicialmente pelo valor justo, ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato e são depreciados linearmente pela vida útil remanescente ou pelo prazo do contrato, dos dois o que for menor.

Os encargos financeiros, quando aplicável, são capitalizados sobre o saldo dos projetos em andamento utilizando (i) a taxa média de captação de todos os financiamentos; e (ii) a parte da variação cambial que corresponder à eventual diferença entre a taxa média dos financiamentos no mercado interno e a taxa referida no item (i).

Os gastos com o consumo dos pequenos materiais de manutenção e os correspondentes serviços de terceiros são registrados, quando incorridos, como custo de produção.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear. As taxas médias de depreciação e amortização utilizadas, determinadas com base na vida útil dos bens, estão apresentadas na Nota 18.2 das demonstrações financeiras.

A avaliação dos ativos da Companhia é efetuada periodicamente pelo setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

O critério definido como indicativo de valor recuperável (impairment), pela Administração, foi o resultado global de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, efetuamos a análise de acordo com o pronunciamento técnico CPC – 01 – Recuperação Recuperável dos ativos, onde não foi constatada a necessidade de provisão para desvalorização por “impairment” sobre esses saldos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado no grupo de contas “Outras receitas (despesas) líquidas”.

Projetos em andamento não são depreciados. A depreciação se inicia quando os bens estão disponíveis para uso.

1.17 Ativo intangível

Os grupos de contas que compõe o ativo intangível são os seguintes:

(a) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. As marcas e patentes têm vida útil definida e são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos ou pelo prazo do contrato de aquisição.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos.

(b) Softwares

São registrados pelo custo líquido da amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e/ou os gastos de sistemas de gestão empresarial e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Os softwares possuem vida útil definida são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada ou pelo prazo do contrato de aquisição. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(c) Ponto comercial

Os intangíveis de vida útil indefinida referem-se a direito de uso de lojas que correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados.

1.18 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de impairment sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida quando valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única UGC para realizar esse teste.

Se o montante recuperável de um ativo ou de uma UGC calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo ou da UGC é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

1.19 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A Companhia calcula o ajuste a valor presente (“AVP”) para as compras com prazo superior a 180 dias e, se existente, contabiliza como despesa financeira.

1.20 Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo e em alguns casos, líquidos dos custos de transação incorridos na estruturação da operação. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

1.21 Provisões

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Provisões são reconhecidas no balanço quando (i) a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recurso econômico seja requerida para saldar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado em base confiável.

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos em andamento, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia (Nota 26) das demonstrações financeiras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação

1.22 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(i) Correntes

(i) O Imposto de Renda ("IR") e Contribuição Social ("CSL") do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(ii) Diferidos

Os créditos fiscais diferidos referentes ao IR e a CSL, não foram reconhecidos em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32, aprovado pela deliberação CVM 599/09.

1.23 Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

- (i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- (ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 26 das demonstrações financeiras.
- (iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

1.24 Reconhecimento da receita de vendas

As receitas de vendas representam o valor justo do montante recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços durante o curso normal das atividades da Companhia. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, INSS e bonificações de clientes.

As receitas provenientes de vendas de produtos são reconhecidas quando (i) o montante das vendas puder ser mensurado de forma confiável e a Companhia não mantiver controle sobre os produtos vendidos; (ii) for provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iii) todos os títulos legais, riscos e benefícios da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador.

O direito legal, assim como os riscos e benefícios, é substancialmente transferido para o cliente, quando uma das modalidades dos termos de entrega for contratado:

- (i) para contratos em que a Companhia é responsável pelo frete e seguro, o direito legal, bem como os riscos e benefícios, são transferidos ao cliente no momento em que a mercadoria é entregue no destino combinado contratualmente;
- (ii) para contratos em que o frete e o seguro são de responsabilidade do cliente, os riscos e benefícios são transferidos no momento em que os produtos são entregues à transportadora do cliente.

1.25 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na legislação societária brasileira e no Estatuto Social da Companhia.

O valor que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório (25%) é registrado como passivo na rubrica “dividendos a pagar” por ser considerado como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. Caso a parcela dos dividendos seja superior ao dividendo mínimo obrigatório não é registrada como passivo, mas apresentada na rubrica “dividendo adicional proposto”, no patrimônio líquido.

1.26 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 641/10, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 aprovado pela deliberação CVM 604/09 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

1.27 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2 Política de gestão de risco

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

2.1 Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta, apresentada na Nota 28.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

(b) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. Neste contexto, a utilização de operações de hedge é para fins exclusivos de proteção e é pautada nos seguintes termos: (i) proteção de fluxo de caixa contra descasamento de moedas, (ii) proteção de fluxo de receita para pagamento de amortizações e juros das dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas.

A Cambuci tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de curto e longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração, além de hedge para operações de curto prazo.

(c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), das taxas pré-fixadas em reais e da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diário").

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2.2 Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Contudo, em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui provisão para trazê-las ao seu valor provável de realização.

2.3 Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial:

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
				Total
Circulante				
Fornecedores	21.594	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	126.028	2.541	1.812	3.625
Debêntures	2.693	-	-	-
	150.315	2.541	1.812	3.625
				158.293

- (i) As faixas de vencimento apresentadas são baseadas nos contratos firmados.

Dividendos propostos e destinação do resultado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, tem a seguinte destinação:

- (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social;
- (ii) De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Considerações sobre as Principais Contas do Ativo**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa	48	86	67	86
Bancos conta movimento	1.229	1.991	5.793	3.383
Aplicações financeiras	4.895	7.389	4.901	7.389
	6.172	9.466	10.761	10.858

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros.

CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber no Brasil	51.877	47.975	63.961	65.419
Contas a receber no Exterior	1.729	1.248	1.812	2.540
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(7.883)	(5.218)	(9.775)	(7.304)
	45.723	44.005	55.998	60.655
Partes Relacionadas (Nota 13)	-	6.758	-	-
	45.723	50.763	55.998	60.655

A Companhia mensura regularmente efeitos de valor presente em suas contas a receber, conforme mencionado no item 1.12.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

A composição do saldo das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	2.038	1.513	2.915	2.543
De 31 a 180 dias	2.840	2.579	3.933	4.465
A partir de 180 dias	6.366	4.593	7.112	5.155
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(7.883)	(5.218)	(9.775)	(7.304)
Total dos títulos vencidos - terceiros	3.361	3.467	4.185	4.859
Títulos a vencer - terceiros	42.362	40.538	51.813	55.796
Total da carteira de clientes - terceiros	45.723	44.005	55.998	60.655
Partes relacionadas (nota 13)	-	6.758	-	-
Total da carteira de clientes - terceiros	45.723	50.763	55.998	60.655

ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados	19.678	20.343	34.551	36.182
Importação em andamento	1.702	1.651	1.702	1.651
Produtos em elaboração	2.501	1.685	2.501	1.685
Matérias-primas	6.819	6.734	11.382	10.067
Matérias-primas em trânsito	96	815	8.198	2.408
	30.796	31.228	58.334	51.993

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Resultado Operacional e Financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Cambuci é composta pelas vendas no mercado interno, e pelas vendas no mercado externo realizadas pelas operações na América do Sul, além das exportações. A Cambuci goza de subvenções, concedidas pelos governos estaduais onde as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram em 2020. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício de 2016 foi de R\$ 18.868 mil. Em 2015, a subvenção foi de R\$ 20.017 mil.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A evolução do cenário econômico de 2016 não foi muito diferente de 2015. O ambiente macroeconômico continuou exercendo forte efeito negativo sobre os resultados da Companhia. Os principais indicadores confirmam retração em praticamente todos os setores da economia. A conjuntura atual demonstra que o consumo das famílias continua em baixa, a inflação acima do teto da meta fixada do governo, piora nas taxas de renda e desemprego, juros elevados e os empresários cortando investimentos por falta de estímulos na demanda. Completamos o segundo ano de recessão, situação inédita desde o biênio de 1930-31.

Em meio a este cenário, a Companhia direcionou seus esforços para crescimento e a recuperação das margens operacionais, com o lançamento em março de uma nova linha de produtos, com destaque para a inovação, design e competitividade, que se destacam por ter uma excelente relação custo/benefício.

Com a desvalorização do real frente ao dólar, a empresa reduziu as importações e aumentou sua produção local. Esse movimento contribuiu para a redução na margem bruta no primeiro semestre, em função do aumento nas despesas de fabricação e reposicionamento dos volumes de produção, fatores que foram equalizados no semestre seguinte.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

A Receita líquida caiu 3,3% sobre o ano anterior, impactada principalmente pela diminuição das vendas no segmento de clubes que ficou 78% abaixo na comparação, além do impacto do fraco desempenho da economia no varejo que ainda não apresentou uma recuperação no trimestre.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor;

A inflação tem impacto nos negócios da Cambuci, uma vez que alguns dos insumos, serviços e despesas operacionais são denominados em reais.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e "royalties", denominados em moeda estrangeira. Foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, a pagar a fornecedores e dos empréstimos e mantidos

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, para as quais a Administração da Cambuci entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Vide nota explicativa 6 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos Auditores Independentes não contém ressalvas e nem ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Indicações e comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Ao elaborar as demonstrações financeiras, a Companhia fez estimativas relativas a diversos assuntos. Alguns desses assuntos são altamente imprevisíveis, fazendo com que estas estimativas dependam de opiniões formuladas com base nas informações disponíveis.

Há muitas áreas nas quais estimativas são utilizadas para situações imprevisíveis, mas o efeito provável da alteração ou substituição das estimativas não é relevante para as demonstrações financeiras. Veja as notas explicativas às demonstrações financeiras, para discussão mais detalhada da aplicação destas e de outras políticas contábeis.

Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Estimativas e julgamentos críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aquelas que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas estão incluídas a seguir:

Na elaboração das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado (Nota 18.2), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 26), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (Nota 28) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Vida útil de ativos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos com base na estimativa da vida útil dos bens elaborada pelos técnicos da Companhia considerando a experiência desses profissionais na gestão operacional das fábricas. As vidas úteis estabelecidas inicialmente são revisitadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas.

Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem o parque fabril da Companhia são as condições operacionais das máquinas e equipamentos, o tempo hora de operação, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

A Administração da Companhia também decidiu que (i) a depreciação deve cobrir o total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são vendidos por valores absolutamente imateriais; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida.

Provisões e passivos contingentes

A Administração da Cambuci, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica os processos judiciais e administrativos contra a Companhia em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma:

- (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor reclamado multiplicado pelo percentual histórico da Companhia na liquidação dos processos dessa natureza;
- (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde a 100% do valor atualizado da causa.
- (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde a 100% do valor da causa.

Perda possível – são processos onde a possibilidade de perda não é remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância (Nota 26).

Perda remota – são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte:

- (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de ter algum desembolso; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, tais como o REFIS implementado no Brasil a nível Federal e o Programa de Parcelamento Incentivado do Governo do Estado de São Paulo - PPI, em condições favoráveis que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra atualmente provisionado ou inferior ao valor da causa.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 A administração deve descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet times), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contrato de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, a Administração deve comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 A Administração deve indicar e comentar os principais elementos do plano de negócio da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Cambuci continua investindo na sua expansão internacional através de suas subsidiárias no Chile e Argentina.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A empresa pretende utilizar recursos próprios e/ou créditos junto a instituições financeiras para os novos investimentos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos de capital relevante em andamento ou previstos para os próximos anos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgados (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos (iv) montantes gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

O portfólio de produtos das marcas da Cambuci apresentado em 2016 foi resultado de investimentos em inovação e tecnologia, baseado em premissas de atualização de design e em conformidade com as orientações de pesquisa em tendências junto a bureaus globais. Cerca de 2% do faturamento líquido é destinado ao trabalho de pesquisa, desenvolvimento e inovação, justamente para oferecer constantes novidades e garantir performance e qualidade que são condições primordiais nos produtos Penalty e Stadium.

Este direcionamento resultou na evolução das linhas de produtos do seu portfólio:

- **Linha Max de Futsal** – linha profissional de futsal que oferece a melhor articulação, domínio e ventilação para diferentes perfis técnicos de calçados, que atendem da melhor forma os diferentes perfis de jogo dos atletas. Além dos calçados a linha conta também com confecção, bolas, meia, equipamentos e acessórios.

- **Linha S11 de Futebol de Campo** – linha profissional de futebol de campo e society, construída em plataformas tecnológicas leves, flexíveis e resistentes, resultado obtido em conjunto com atletas de ponta do futebol brasileiro e espanhol. Linha completa composta por calçados, confecção, bolas, meia, equipamentos e acessórios.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- **Meião Kanguru** – produto único no segmento de meias a nível global com bolsa interna construída sem costuras adicionais, possibilitando o encaixe da caneleira sem a necessidade de tira elástica, esparadrapo ou qualquer outro tipo de amarração.

- **Bola Oficial de Vôlei Pró 7.0** – Exclusiva bola matrizada de 16 gomos certificada pela Federação Internacional de Volleyball e atletas profissionais tem como principais características a maciez, balanceamento em 100%, velocidade controlada e também com o exclusivo laminado sintético de absorção de impacto e de suor provendo o melhor domínio na bola.

- **Sistema d-Tech** – desenvolvido para orientação e auxílio na evolução do vôlei, que detecta com precisão e em tempo real as informações se a bola foi dentro ou fora da quadra, bem como, a velocidade atingida no solo.

- **Tecnologia Celeron** – projetado com o objetivo de atender as características do futebol brasileiro e de profissionais globais. O solado Celeron é extremamente leve, flexível e resistente. Ideal para jogadores que buscam velocidade, explosão de arranque e segurança de tração.

- **Tecnologia Tervis** – para garantir um melhor contato entre o pé do jogador e a bola, o exclusivo laminado Tervis foi desenvolvido com uma microfibra altamente resistente e macia, para estender os limites do jogador e fazer a diferença em campo.

- **Tecnologia Termotec** – a exclusiva tecnologia Penalty Termotec, que revolucionou a construção e a performance de bolas, proporciona 0% absorção de água, menos deformação, mais durabilidade, precisão, maciez e rapidez. Agora Também presente nas chuteiras da linha profissional S11 e Max Viento , através da fusão das partes do cabedal do calçado em uma peça única, sem a necessidade de costuras, o produto se torna mais leve, eliminando sobreposições espessas, mantendo a resistência necessária e com ajuste perfeito ao pé.

- **Tecnologia Polipró** – meiões mais leves e resistentes. Esta exclusiva construção age como isolante térmico, excelente para a prática esportiva em climas frios e quentes, possui fibras ecologicamente corretas que não necessita do tratamento de tingimento dos processos convencionais.

- **Anatomic System / Luvas** – Equipamentos com tecnologia de modelagem com menor acúmulo de material, melhor movimentação e melhor controle da bola.

- **NEOGEO / Bolas** – Tecnologia que detém maior conforto e maciez, maior elasticidade e maior resiliência, recuperando formato original rapidamente.

- **Kick Off** - A Penalty desenvolveu uma tecnologia exclusiva para as bolas de futebol society. A tecnologia Kick Off oferece mais precisão em passes e chutes, menos quique e melhor controle para o jogador.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- **Aracnum** – Presente em confecção, calçados e luvas, é uma tecnologia aplicada em regiões estratégicas dos produtos Penalty para garantir mais grip e aderência com a bola.

- **Double Action** - Tecnologia presente nas bombas Penalty, facilita o manuseio do produto, exigindo meio esforço ao inflar a bola. Reduz em 50% o esforço do consumidor.

A cada ano a Cambuci vem ampliando parcerias com atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta performance e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os nossos projetos tecnológicos e inovadores que são condições orientadas para dentro da companhia de prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados e/ou comentados nos demais itens desta seção.